

Senado aprova e encaminha à Câmara extinção de classistas

Proposta reorganiza a Justiça do Trabalho: institui varas ocupadas por juízes singulares no lugar das atuais juntas de conciliação e julgamento e reduz de 27 para 17 o número de ministros do Tribunal Superior do Trabalho



O plenário decidiu que os atuais ministros e juízes classistas temporários poderão cumprir seus mandatos até o fim, após o qual os respectivos cargos serão extintos

Aprovada ontem no Senado em segundo e último turno, a proposta de emenda constitucional que extingue a figura do juiz classista na Justiça do Trabalho será agora encaminhada à Câmara dos Deputados. O substitutivo do senador Jefferson Péres a proposta apresentada em 1995 pelo então senador Gilber-

to Miranda recebeu 64 votos favoráveis, seis contra e uma abstenção. No lugar das juntas de conciliação e julgamento a emenda constitucional cria varas do Trabalho, ocupadas por juízes singulares. O Tribunal Superior do Trabalho tem sua composição reduzida de 27 para 17 ministros togados e vitalícios.

PÁGINA 3

CPI DOS BANCOS

Interpol vai rastrear contas de Cacciola e Lopes no exterior

A Interpol será acionada pelo governo para rastrear no exterior as contas bancárias do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes e dos controladores dos bancos Marka, Salvatore Cacciola, e FonteCindam. A decisão foi tomada durante reunião de integrantes da CPI do Sistema Financeiro com o ministro da Justiça, Renan Calheiros. Hoje, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, depõe na CPI sobre sonegação de impostos.

PÁGINA 6

Governo indica Fernando Bezerra para líder no Senado

PÁGINA 4

CAS: danos de fumo e álcool devem ser indenizados

PÁGINA 8

Caem emendas a projeto que fixa regras para demitir servidor

PÁGINA 9

CPI DO JUDICIÁRIO

Deputado suspeita de doações internacionais



Carlos Wilson, Paulo Souto e Ramez Tebet ouvem o deputado Renato Simões, que participou das investigações da Assembléia paulista em Jundiá

O deputado estadual Renato Simões (PT-SP) informou à CPI do Judiciário que há um fluxo de dinheiro de entidades estrangeiras para o Comej, entidade de Jundiá que, conforme o parlamentar, intermediaria adoções. Ele apontou ligações da entidade com a promotora e o juiz que autorizava as adoções.

PÁGINA 7

Começa discussão em segundo turno da emenda que acaba com limite para juros

Substitutivo do senador Jefferson Péres também abre caminho para regulamentação do sistema financeiro nacional por meio de várias leis complementares

O Senado realiza hoje o primeiro dia de discussão em segundo turno da proposta de emenda constitucional que retira o limite de 12% ao ano para as taxas de juros e abre caminho para a regulamentação dos diferentes segmentos do sistema financeiro nacional por meio de leis complementares específicas.

A proposta, de autoria do senador licenciado José Serra

(PSDB-SP), atual ministro da Justiça, foi aprovada em primeiro turno pelo plenário no dia 12 de maio, nos termos de substitutivo apresentado pelo relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM).

A Ordem do Dia prevê ainda a votação de projeto de decreto legislativo que aprova o texto de acordo comercial celebrado entre o Brasil e a Indonésia, em 1996.



Jefferson propôs substitutivo, já aprovado em primeiro turno, para emenda de José Serra

Jucá sugere divulgação de cotas dos fundos pela Internet

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinará em breve projeto de lei do senador Romero Jucá (PSDB-RR) pelo qual o Ministério da Fazenda fica obrigado a divulgar na Internet, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o repasse das cotas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O projeto tramitará na CCJ em caráter terminativo. Ou seja, aprovado pela comissão, será enviado diretamente à Câmara dos Deputados, caso não haja recurso interposto por pelo menos um décimo dos senadores propondo que a matéria seja votada em plenário.

O senador lembra, na justificativa do projeto, que a STN já divulga na rede mundial de computadores os dados relativos ao Fundo de Participação dos Municípios. Mas observa que essa divulgação é espontânea, podendo deixar de ser feita a critério da secretaria. Com o projeto, Jucá quer torná-la obrigatória, acrescentando ainda a divulgação do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

Para o senador, a medida "forne-



Romero Jucá

cerá maior transparência à administração dos recursos públicos para a sociedade brasileira, pela democratização da informação". Jucá afirma que, apesar de a Internet ser atualmente acessível para poucos, a tendência é de que, num futuro não muito longínquo, parcela considerável da população possa usufruir "dessa facilidade do mundo moderno".

— Acreditamos que, com esse importante passo, o Congresso cumprirá seu dever, reforçará sua presença institucional e proporcionará maior racionalidade à utilização dos tão escassos recursos públicos — resumiu o senador.

Estevão propõe perícia para isenção de IR em casos de aposentadoria por invalidez

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) apresentou projeto de lei criando a exigência de laudo pericial oficial, válido por cinco anos, para casos de isenção de Imposto de Renda (IR) de pessoas físicas aposentadas ou reformadas em função de acidente incapacitante ou doença grave como Aids, câncer, tuberculose e contaminação por radiação, entre outras.

Para Estevão, a exigência de laudo emitido por serviço médico oficial dos estados, Distrito Federal ou municípios, que deverá ser repetido a cada cinco anos, decorre de que, nesse lapso de tempo, "é possível ocorrer mudança significativa no quadro médico levando, quem sabe, ao término da situação que limitava a capacidade laborativa".

Em sua justificativa, Luiz Estevão afirma que as isenções devem ser concedidas levando-se em conta o grau de limitação da capacidade de trabalho.

— Considera-se incapacidade laborativa a impossibilidade de desempenho de cargos ou empregos, decorrentes de alterações patológi-

cas em consequência de doenças ou acidentes. A presença da doença, em si, não significa a existência de incapacidade para trabalhar, o que importa é sua repercussão no desempenho de atividades — alegou o senador pelo DF.

O projeto leva em conta a grande evolução na pesquisa de novas técnicas terapêuticas e no desenvolvimento de tratamentos inovadores, fatos que, para Estevão, justificam a avaliação periódica para aferição da limitação da capacidade de trabalho do contribuinte.



Luiz Estevão

Blairo Maggi fala à TV sobre baixo preço da soja



Nos últimos 25 anos a soja alcançou o preço mais baixo no mercado, prejudicando os produtores rurais que não têm como pagar os empréstimos realizados junto ao Banco do Brasil. Esse é o tema da entrevista dada pelo senador Blairo Maggi (sem partido-MT) à TV Senado. O programa vai ao ar nesta quinta-feira, às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

O senador disse que, junto com outros parlamentares, está tentando aumentar os prazos junto ao Banco do Brasil para que os produtores rurais possam ganhar mais tempo para vender a soja no mercado.

Maggi destaca que uma das alternativas para aliviar problemas como esse são os fundos constitucionais do Centro-Oeste e das regiões Norte e Nordeste. "Criados na Constituição de 1988 para incentivar o progresso nessas regiões, já acumulam cerca de R\$ 15 bilhões", disse ele.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 11h - Preside sessão deliberativa ordinária
- ▶ 11h30 - Recebe Janet Jagan, presidente da República Cooperativa da Guiana

PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
- Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à "PEC nº 21/97, que altera, entre outros dispositivos, o art. 192, que trata do sistema financeiro nacional; e "PDL nº 4/99, que aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o Brasil e o governo da Indonésia

COMISSÕES

- ▶ 10h - CPI do Sistema Financeiro
- Convidado: Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3
- ▶ 10h - CPI do Judiciário
- Oitavas: Miramar da Silveira Rocha e Luiz O. Amara. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

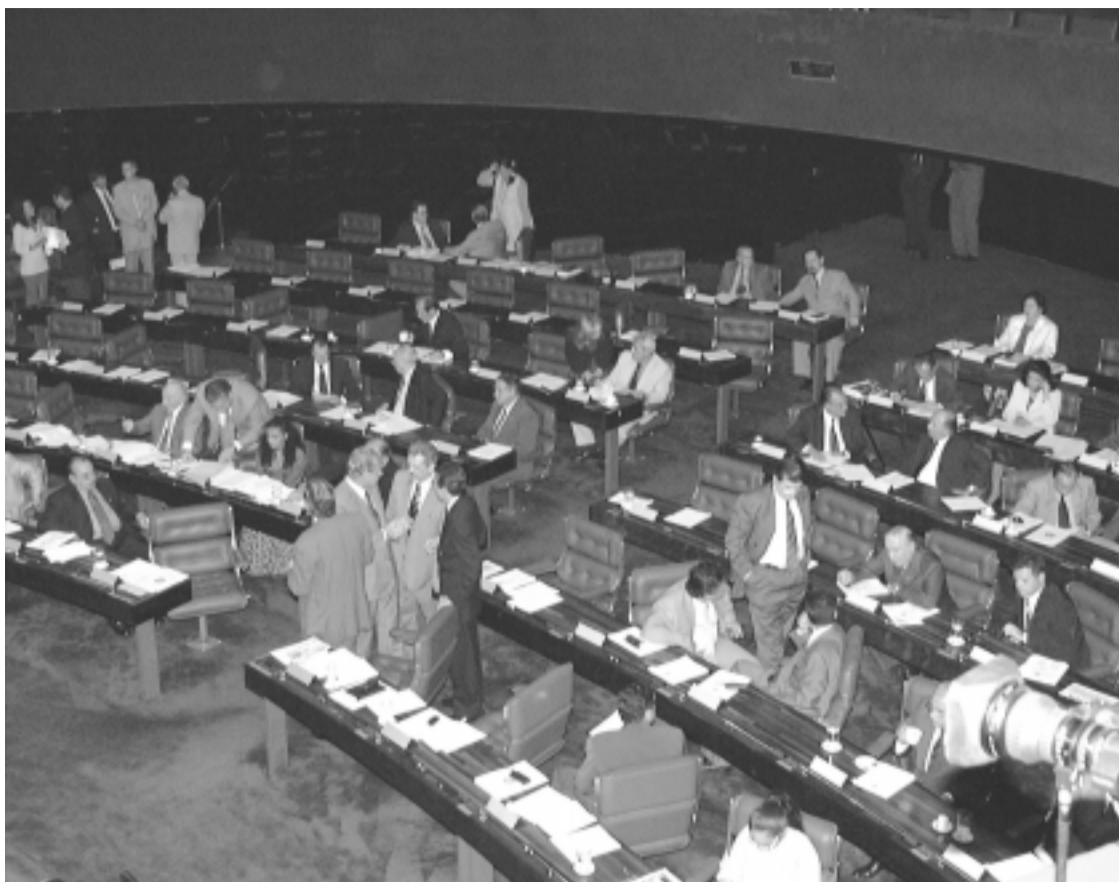
Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Apenas seis senadores votaram contra a emenda constitucional, que agora será discutida na Câmara

Senado aprova em último turno fim de juiz classista

Substitutivo que recebeu 64 votos favoráveis reduz ministros do TST de 27 para 17 e extingue as atuais juntas de conciliação e julgamento

O plenário do Senado aprovou ontem, em segundo e último turno, a proposta de emenda constitucional que extingue a figura do juiz classista na Justiça do Trabalho. A proposta, um substitutivo apresentado pelo relator da matéria, senador Jefferson Péres (PDT-AM), será agora encaminhada à apreciação dos deputados.

Aprovado por 64 votos a favor, seis contra e uma abstenção, o projeto recebeu emenda do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que reduz de 27 para 17 o número de ministros do Tribunal Superior do Trabalho. Durante a votação, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) protestou contra a proposta e a considerou inconstitucional. Ponderou que a mudança deveria ser discutida no âmbito da reforma do Judiciário, em debate na Câmara federal. O senador Arlindo Porto (PTB-MG) também discordou do fim da categoria de juiz classista.

Pelo texto aprovado, quatro artigos da Constituição referentes à Justiça do Trabalho são modificados para que seja suprimida a figura do juiz classista – artigos

111, 113, 115 e 116 –, e um fica revogado (o artigo 117). O TST passará a ser composto por 17 ministros togados e vitalícios, 11 deles escolhidos entre juizes dos tribunais regionais do Trabalho, integrantes da carreira da magistratura trabalhista. As vagas serão preenchidas por escolha do presidente da República a partir de lista tríplice encaminhada pelo próprio TST.

Conforme o projeto, no lugar das atuais juntas de conciliação e julgamento serão instituídas varas do Trabalho, cujas jurisdições serão exercidas por juizes singulares. Nas comarcas em que isso não ocorrer, a jurisdição caberá

aos juizes de direito. Os estados continuarão tendo pelo menos um tribunal regional do Trabalho.

Os atuais ministros e juizes classistas temporários do TST, dos TRTs e das juntas de conciliação e julgamento poderão cumprir seus mandatos integralmente. Ao final, estes cargos serão transformados em cargos de ministros e juizes togados e vitalícios. A investidura nesses novos cargos será feita, de acordo com a mudança constitucional, por juizes de carreira da magistratura trabalhista, advogados e membros do Ministério Público do Trabalho, alternadamente e nessa seqüência.

Novos diretores da Agência de Vigilância Sanitária

O plenário do Senado aprovou ontem os nomes de Ricardo Oliva e Luiz Felipe Moreira Lima para exercerem os cargos de diretores da recém-criada Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para mandatos de três anos. Os dois diretores foram sabatinados e aprovados pela Comissão de Assuntos Sociais na semana passada.

O plenário aprovou ainda mensagem do presidente da República indicando o diplomata João Augusto De Medicis para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Chile.

Plenário vota pesar pela morte de bispo de Jataí

Voto de profundo pesar pela morte do bispo de Jataí, D. Miguel Pedro Mundo, foi aprovado ontem pelo plenário do Senado, a requerimento do senador Maguito Vilela (PMDB-GO). D. Miguel morreu de enfarte na noite de segunda-feira, logo após assalto à residência episcopal, em Jataí.

Conforme Maguito Vilela, os assaltantes agrediram violentamente as pessoas que se encontravam na casa episcopal, provocando um súbito aumento da pressão arterial do bispo, que morreu minutos depois. “Foi um ato de violência e covardia nunca vistos naquela região”, disse:

– Voz mansa, portador de um semblante que transmitia uma paz profunda, D. Miguel gozava do carinho, do respeito e da admiração de todos. Suas obras sociais são incontáveis e se espalham por vários municípios. Era um homem humilde, mas obstinado – definiu o senador.

D. Miguel Pedro, que nasceu nos EUA, chegou a Goiás em 1963. Antes de ir para Jataí, segundo Maguito Vilela, ele desempenhou funções nas cidades goianas de Santa Helena, Rio Verde, Itumbiara, Goiânia e em Brasília. Ele havia sido nomeado bispo de Jataí há menos de 20 dias.



Maguito disse que o religioso sofreu o infarto após um assalto à casa paroquial



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 1999

1 Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 1995. Gilberto Miranda e outros. Altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho (juizes classistas). Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 64 Não: 6 Abst: 1 Total: 71. À Câmara dos Deputados.

2 Requerimento nº 224, de 1999. Osmar Dias. Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 188 e 216, de 1999, por versarem sobre a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em todo o território nacional. Resultado: Lido e aprovado requerimento da senadora Marina Silva, de adiamento da votação. A matéria volta à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 30/6/99.

3 Mensagem nº 108, de 1999 (nº 537/99, na origem). Presidente da República. Submete à deliberação do Senado a escolha do senhor Ricardo Oliva, para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com mandato de três anos. Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 60 Não: 3 Abst: 2 Total: 65. Será feita a devida comunicação ao senhor Presidente da República.

4 Mensagem nº 109, de 1999 (nº 538/99, na origem). Presidente da República. Submete à deliberação do Senado a escolha do senhor Luiz Felipe Moreira Lima, para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com mandato de três anos. Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 63 Não: 2 Abst: 2 Total: 67. Será feita a devida comunicação ao senhor Presidente da República.

5 Mensagem nº 107, de 1999 (nº 508/99, na origem). Presidente da República. Submete à deliberação do Senado a escolha do senhor João Augusto de Medicis, ministro de primeira classe do quadro permanente da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República do Chile. Resultado: Aprovado. Votaram: Sim: 61 Não: 4 Abst: 0 Total: 65. Será feita a devida comunicação ao senhor Presidente da República.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa



Freitas Neto (E) e o superintendente Aloísio Sotero acreditam que a Sudene pode articular melhor as várias ações do governo na região

Freitas Neto avalia plano para modernizar a Sudene

O senador Freitas Neto (PFL-PI) examinou ontem com o superintendente da Sudene, Aloísio Sotero, uma série de propostas para reestruturar e modernizar a entidade. Entre as idéias apresentadas por Sotero para o que chama de nova Sudene está a sua transformação em Agência de Desenvolvimento do Nordeste. Sotero pretende levar esses planos a todos os senadores que representam estados nordestinos.

Com a criação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, que visa facilitar a atração de investimentos públicos e privados nacionais e internacionais, Sotero pretende coordenar na região uma série ampliada de ações, abrangendo inclusive várias que já vêm sendo executadas. A futura ADN se tornaria, dessa forma, um braço para o Nordeste do *Avança Brasil*, o programa do segundo governo Fernando Henrique apresentado durante a campanha da reeleição.

Nessas condições, poderia articular, entre outras, as ações das instituições financeiras oficiais, como o Banco do Brasil, o BNDES ou a Caixa Econômica Federal, e as desenvolvidas por organismos de abrangência regional, como a Codevasf ou o Dnocs. A nova Sudene teria condições também de empregar os mecanismos dos incentivos fiscais que compõem o Sistema Finor para apoiar os projetos de infra-estrutura complementares aos eixos nacionais de desenvolvimento.

Sotero expôs ao senador Freitas Neto propostas de modernização interna do órgão que dirige, como a implantação do Mestrado em Administração Pública. A Sudene quer firmar convênios com universidades para preparar quadros nessa área. O curso seria ministrado na própria superintendência, concentrando-se no preparo de executivos, e seria aberto não só a seus funcionários, mas também a servidores estaduais.

Fernando Bezerra é o novo líder do governo no Senado

Senador, escolhido pelo PMDB, assume após convite do presidente da República e pede apoio das demais lideranças para ampliar diálogo

O senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) comunicou ontem ter assumido, a convite do presidente da República e por escolha do líder do seu partido, senador Jader Barbalho (PMDB-PA), a liderança do governo no Senado Federal. Bezerra disse ter hesitado quando foi sondado para o cargo por entender que existem nomes mais experientes e mais preparados para exercer o papel de líder do governo.

O senador assegurou que o fato de ser o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) não representa um conflito de interesses, pois entende que as agendas da indústria, da sociedade brasileira e do governo são coinciden-



Bezerra acredita que indústria, sociedade e governo buscam caminho comum para o Brasil

tes na busca da melhoria do país e do desenvolvimento econômico sustentável. Bezerra lembrou que a

luta pela reforma tributária é uma prioridade de todo o Brasil e citou frase do professor Afonso Celso Pastore: "É preciso ter tolerância zero com o ajuste fiscal".

O novo líder pediu o apoio de todos os senadores, dos líderes dos partidos que formam a base de sustentação do governo e da oposição para estabelecer uma base para o diálogo em torno de temas de interesse nacional.

Os líderes partidários Hugo Napoleão (PFL-PI) e Jader Barbalho e o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) deram as boas-vindas ao novo líder do governo e atestaram a capacidade de Fernando Bezerra para exercer a função.

Estevão aplaude escolha e diz que senador vai melhorar diálogo

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) aplaudiu ontem a escolha do senador Fernando Bezerra para líder do governo na Casa. "Depois de uma vitória expressiva nas urnas, Bezerra se prepara para nova etapa de consolidação de sua carreira política, exercendo o difícil cargo de servir de elo de ligação do governo com os senadores, ao mesmo tempo que valoriza o canal de comunicação do PMDB na Casa."

Estevão aproveitou a oportunidade para registrar a comemoração ontem do Dia do Defensor Público e pedir uma tramitação rápida de seus dois

projetos de lei sobre a defensoria pública. O primeiro reverte para as defensorias públicas todas as verbas de sucumbência das ações judiciais ganhas com atuação dos defensores públicos.

O outro projeto determina que os estados e o Distrito Federal destinem uma verba mínima para custeio e instalação das suas defensorias.



Estevão também lembrou o Dia da Defensoria Pública, comemorado ontem

Maldaner quer Mercosul consolidado sem fronteiras



Maldaner defende integração completa, inclusive das legislações

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que participa hoje de uma reunião do Mercosul em Assunção, no Paraguai, defendeu a independência do mercado comum no cenário internacional. Ele disse que o Mercosul continua sendo assediado por outros blocos e por países que apostam em acordos bilaterais, que, segundo o senador, podem resultar em fragilização.

As dificuldades econômicas e políticas do momento afetaram as negociações para a consolidação do Mercosul, observa Casildo Maldaner, destacando que é preciso redobrar os esforços para a integração entre os países do Mercosul, e o Brasil é o carro-chefe desse processo.

De forma alguma, no entender do senador, a integração deve se restringir aos "meandros econômicos". Ele defende uma aliança plena em todos os setores, para "romper fronteiras sem deixar resquícios", unificando legislações em todos os campos. Maldaner destacou a obrigatoriedade do ensino da língua espanhola nas escolas brasileiras – que o Senado está prestes a aprovar – como um avanço incontestável para a integração.

Nesta hora de crise, o senador defende que o entendimento e a cooperação devem prevalecer sobre o nervosismo em torno do bloco, e que o Mercosul está em posição de dar suporte a um novo ciclo de prosperidade.

Suassuna indicado para a presidência da CAE



Suassuna informou ontem que o PMDB indicará seu nome para o cargo

Com a confirmação do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) como novo líder do governo no Senado, haverá mudanças na Comissão de Assuntos Econômicos, até agora presidida por Bezerra.

O PMDB deverá indicar o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) para a presidência da comissão, conforme nota do gabinete do senador distribuída à imprensa. Professor e empresário, Ney Suassuna está no Senado desde 1991, quando assumiu seu primeiro mandato.

A eleição para o cargo de presidente da comissão será feita nos próximos dias. O senador Bello Parga (PFL-MA) continuará na vice-presidência da CAE.



O deputado Artur Virgílio e o senador Gilberto Mestrinho encontraram-se com Elcio e ACM no gabinete do presidente do Senado Federal

Projeto que cria o Ministério da Defesa deve ter tramitação rápida

Manifestação nesse sentido foi expressa pelo presidente do Senado Federal ao ministro Elcio Álvares

O ex-senador e ministro da Defesa, Elcio Álvares, visitou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para, segundo afirmou, “agradecer antecipadamente” a agilização da tramitação na Casa do projeto de

lei complementar que cria o Ministério da Defesa. O projeto, já aprovado na Câmara dos Deputados, chegou ao Senado Federal.

À saída do encontro, o ministro disse ter “encontrado no senador Anto-

nio Carlos todo o apoio para uma tramitação rápida e positiva da proposta na Casa”. Elcio acredita que a criação do Ministério da Defesa poderá ser aprovada pelo Senado até o final de junho próximo.

Virgílio agradece apoio à indicação para líder

O novo líder do governo no Congresso Nacional, deputado Artur Virgílio (PSDB-AM), esteve com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a fim de agradecer o apoio que recebeu do senador para assumir o cargo. Ele destacou “a importância de contar com a li-

derança de Antonio Carlos para desenvolver um bom trabalho em favor do governo e do desenvolvimento nacional”.

De acordo com o deputado, a intenção da liderança do governo no Congresso é acelerar a apreciação de matérias, como as 88 medidas

provisórias que se encontram pendentes de votação no Legislativo. “Destas, naturalmente haverá aquelas sobre as quais teremos consenso ou baixo nível de problemas, e aquelas mais polêmicas, com maior dificuldade para apreciação”, explicou.



Calabi disse ter apresentado a ACM plano de reestruturação do banco

Calabi apresenta planos do BB

Outro que esteve com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, foi o presidente do Banco do Brasil (BB), Andrea Calabi. Após o encontro, ele disse que veio apresentar as “linhas gerais do projeto de reorganização e reestruturação das superintendências regionais do banco, dentro de um processo de descentralização que deverá ser de

grande importância para os estados”.

Segundo o presidente do BB, como o Senado representa os estados da Federação, “nada mais natural que apresentar o espírito e os objetivos desse plano ao senador Antonio Carlos, alimentando um canal de diálogo e troca de idéias entre o banco e os parlamentares”.

Fafá de Belém é recebida em visita de cortesia

O senador Antonio Carlos Magalhães também recebeu ontem a cantora Fafá de Belém, para uma visita de cortesia. A artista passou a manhã na Câmara dos Deputados, onde foi homenageada por sua participação em campanhas políticas, como a das *Diretas Já*.



Fafá esteve com Antonio Carlos depois de receber homenagem da Câmara dos Deputados

Zeca do PT pleiteia gás mais barato

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu o governador de Mato Grosso do Sul, José Orcirio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, que pediu o apoio do senador às gestões que estão sendo feitas junto ao governo federal para garantir ao estado um preço menor e diferenciado para o consumo do gás boliviano que cruza todo o território sul-mato-grossense.

Em companhia dos três senadores do estado – Ramez Tebet (PMDB), Lúdio Coelho (PSDB) e Juvêncio da Fonseca (PFL) –, o governador mostrou ao presidente do Senado a importância e a oportunidade de se con-

ferir a Mato Grosso do Sul a possibilidade de “usar o gás boliviano para alavancar seu desenvolvimento”. Zeca do PT explicou que o metro cúbico de gás custa 40 centavos na Bolívia e, simplesmente pelo cruzamento da fronteira com o Brasil, passa para R\$ 2,70.

Antonio Carlos apoiou o pleito, revelou o governador à saída do encontro, e prometeu gestões junto ao Ministério de Minas e Energia em favor do pedido do estado. Zeca do PT informou que já levou a reivindicação ao presidente da República e à direção da Petrobras, onde, “em princípio”, teve boa acolhida.



Zeca do PT esteve com Antonio Carlos junto com os três senadores do MS

ACM é convidado para abrir feira no RS

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu em audiência a rainha da 7ª Feira Nacional do Doce de Pelotas, Denise Gomes Fischer, acompanhada pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) e de organizadores do evento.

O senador foi convidado a participar da abertura da Fenadoce, que

terá como tema, neste ano, a herança portuguesa, como parte da preparação para as comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil. Emilia Fernandes disse que a feira, que se realizará de 2 a 13 de junho, é famosa até fora do Brasil, pela qualidade dos doces típicos artesanais produzidos em Pelotas, e a expectativa é de que receba 250 mil visitantes este ano.



Emilia endossou convite feito pelos organizadores e pela rainha da Fenadoce

Antonio Carlos aguarda ajuda à Bahia

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem acreditar que o governo federal tem interesse em ajudar o estado da Bahia a superar os efeitos das últimas chuvas.

– Estou aguardando que a ajuda venha o mais breve possível, porque é natural, e tem sido concedi-

do a todos os estados em caso de necessidade. A população da Bahia está sofrendo muito devido ao excesso das chuvas – afirmou.

Antonio Carlos dirigiu apelo ao presidente Fernando Henrique da tribuna do Senado, e também já falou com Ovídeo de Angelis, ministro de Políticas Regionais.

Interpol vai rastrear as contas de Lopes e Cacciola

Integrantes da CPI do Sistema Financeiro encontram-se com ministro da Justiça para definir estratégia de localização de dinheiro no exterior

O governo vai acionar a Interpol para rastrear no exterior contas bancárias de Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central, e dos controladores do Banco Marka, Salvatore Cacciola, e do Banco Fonte-Cindam. A decisão foi tomada durante reunião ontem de integrantes da CPI do Sistema Financeiro com o ministro da Justiça, senador licenciado Renan Calheiros.

Ficou ainda decidido que, após os trabalhos da Interpol, a CPI poderá contratar uma empresa especializada para rastrear as contas bancárias nos chamados "paraísos fiscais". A Interpol irá investigar também as contas de Sérgio Bragança, sócio na empresa de consultoria Macrométrica, e de seu irmão Luiz Augusto Bragança. Luiz Augusto viajou a Brasília, em 13



Bello Parga e José Roberto Arruda, que participaram da reunião com o ministro Renan Calheiros, esperam e acreditam que houve envio de dinheiro para "paraísos fiscais"

de janeiro, com Salvatore Cacciola, para interceder em favor do Marka junto a Francisco Lopes, então presidente do BC.

Em entrevista, o ministro Renan Calheiros afirmou que o rastreamento será mais fácil nos países que mantêm acordos de cooperação com o Brasil e, caso sejam encontrados depósitos, tais acordos prevêem até mesmo o repatriamento do dinheiro. Participaram da reunião com o ministro os se-

nadores Bello Parga (PFL-MA), presidente da CPI do Sistema Financeiro, José Roberto Arruda (PSDB-DF), vice-presidente, e João Alberto (PMDB-MA), relator da comissão de inquérito.

Após o encontro, Arruda afirmou estar convencido de que pessoas envolvidas no caso Marka-Fonte-Cindam enviaram dinheiro para outros países, principalmente "paraísos fiscais". "É difícil, mas vamos atrás desse dinheiro", disse.

Everardo fala hoje sobre sonegação de impostos

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, falará hoje, a partir das 10h, à CPI do Sistema Financeiro sobre sonegação de impostos no Brasil, principalmente por parte do sistema financeiro. Levantamento realizado pela Receita com base nos dados de cobrança da CPMF mostrou que existem R\$ 825 milhões fora do alcance da tributação no país, conforme notícia publicada nos últimos dias pela imprensa.

A sonegação de impostos pelos bancos é um dos fatos citados pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA) no requerimento que propôs a criação da CPI do Sistema Financeiro. O requerimento cita sete bancos – Citibank, J. P. Morgan, Deutsche Bank, Crédit Suisse, First Boston, Garantia e Crédit Commercial de France.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), integrante da CPI, afirmou à imprensa que os senadores não acreditam que Everardo Maciel citará casos de sonegação. Eduardo acha que o secretário da Receita mostrará quais leis devem ser mudadas para que se fechem as "brechas" usadas para redução dos valores dos impostos pagos.

O relator da CPI, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), disse que proporá aos senadores que parte da exposição do secretário da Receita seja fechada à imprensa. Com isso, seria criado um ambiente mais favorável para que Everardo Maciel forneça à CPI informações que envolvam a quebra de sigilo tributário.

No discurso em que pediu a criação da CPI, em 9 de abril, o senador Jader Barbalho leu nota do colunista Ari Cunha, publicada no



João Alberto quer que parte da exposição de Everardo seja fechada à imprensa

jornal *Correio Braziliense*, sob o título "Guerra da Receita contra os ministros da área econômica". Nela, o jornalista afirma: "Antes, Everardo Maciel falava por conta própria, mas agora diz o que pensa em nome de fiscais e acusa bancos estrangeiros de sonegarem impostos".

Centro de menores fez repasses para promotora

O jornalista Mário Simas Filho, repórter da revista *IstoÉ*, entregou ontem à CPI do Judiciário quatro formulários preenchidos por um ex-contador do Centro de Orientação ao Menor de Jundiá (Comej), descrevendo repasses de dinheiro para a ex-promotora da Infância do município de Jundiá, Inês Bicudo, que fazia parte da direção da entidade. O jornalista explicou que não revelaria o nome do contador porque este havia lhe pedido sigilo de fonte.

O ex-contador contou ao jornalista que a origem do dinheiro e o motivo dos repasses à ex-promotora eram desconhecidos. Simas Filho disse que soube também pelo ex-contador que, em uma determinada ocasião, a Comej recebeu R\$ 135 mil de uma fundação estrangeira, mas o dinheiro não foi contabilizado ao entrar no centro.

Ao manter contato com a sede da instituição em São Paulo, o repasse dos R\$ 135 mil foi confirmado. Simas Filho ficou sabendo que o dinheiro teria sido destinado à construção de uma oficina de marcenaria para menores, mas que não havia pres-

tação de contas, nem a pessoa que o atendeu soube informar sobre os custos da obra.

Outro fato citado pelo jornalista da *IstoÉ* foi que nos registros da Comej, em cartório, consta no índice do processo uma referência a um Projeto AMI. Mas nos documentos anexados não existe nenhuma folha sobre o citado projeto. Simas Filho disse que a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo fez esta pesquisa e obteve do cartório uma certidão comprovando que as folhas sobre o Projeto AMI nunca fizeram parte dos registros do Comej:

– Curiosamente a AMI é o nome de uma entidade italiana que faz a intermediação de adoções de menores, com a qual o juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira (*que respondia pelo Juizado de Menores na comarca de Jundiá*) mantém algum tipo de relação, segundo páginas na Internet onde consta uma carta dele para uma suposta criança, em que faz uma defesa emocional da adoção internacional – comentou Simas Filho.



Mário Simas Filho disse que repasse de R\$ 135 mil à Comej nunca foi contabilizado

ACM acha que comissão deve diversificar assuntos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, rebateu ontem as críticas de que a diversificação excessiva de assuntos estaria prejudicando a CPI do Judiciário:

– Pelo contrário, acho que deve haver diversificação, não ficar só na área trabalhista, ir também para a Justiça Comum, Justiça Federal, e outras. Nós só não podemos entrar em sentença. No mais, podemos fazer – afirmou.

Antonio Carlos disse ter apreciado o "gesto de cortesia" contido no convite para comparecer à posse do novo presidente do Supremo, Carlos Velloso, e elogiou a colaboração oferecida pelo atual ocupante do cargo, Celso de Mello:

– O ministro Celso tem sido uma grande figura na ajuda à CPI do Judiciário e à moralização da Justiça, e estou certo de que no caso do ministro Velloso não vai ser de outra maneira – concluiu.

Deputado denuncia recursos externos para adoções

Depoente apresenta à CPI do Judiciário documentos que, segundo ele, comprovam ligações de juiz e promotora de Jundiaí com entidade que recebeu R\$ 135 mil de instituição italiana

Em depoimento à CPI do Judiciário, o deputado estadual Renato Simões (PT-SP) disse ontem que há indícios de remessa de recursos de organizações internacionais para o Centro de Orientação do Menor de Jundiaí (Comej), que, segundo o deputado, intermediaria adoções internacionais. Esta foi uma das conclusões do trabalho realizado pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo, que investigou suspeitas de irregularidades nas adoções em Jundiaí, interior paulista.

De acordo com o deputado, a análise da contabilidade do Comej re-

vela a existência de quatro cheques em favor da promotora da Infância e Adolescência de Jundiaí, Inês Marowisk Bicudo, totalizando R\$ 14,5 mil. Era a promotora quem propunha a destituição do pátrio-poder, condição necessária para que fossem feitas as adoções. Além disso, Renato Simões disse que há provas do envio de pelo menos R\$ 135 mil de uma instituição italiana denominada AML, destinada a promover adoções, ao Comej.

– Há um fluxo de dinheiro de entidades estrangeiras para o Comej. É preciso detectar se há depósitos em contas de pessoas físicas. Isso só é possível se houver a quebra do sigilo bancário dos envolvidos – afirmou o deputado paulista.



Em depoimento à CPI do Judiciário, o deputado Renato Simões disse que a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo concluiu que houve cerceamento do direito de defesa das famílias das crianças adotadas

Renato Simões revelou que, segundo dados do próprio juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, responsável pelas adoções no município paulista até o final do ano passado, foram efetivadas 204 adoções internacionais entre 1992 e 1998, um número considerado alto para uma cidade com cerca de 300 mil habitantes. “De 1993 para 1994 as adoções internacionais cresceram seis vezes, o que é uma discrepância total em relação às demais comarcas. Campinas, com uma população de cerca de 1 milhão de habitantes, teve 40 no mesmo período”, relatou.

O deputado apresentou documentos que, segundo ele, comprovam as ligações entre o Comej,

o juiz Luiz Beethoven e a promotora Inês Bicudo. A instituição existe desde 1986 e contou com a promotora na sua diretoria até 1989, quando se afastou por determinação do Ministério Público de São Paulo. Renato Simões revelou documento de 1994, em que Inês Bicudo assina como coordenadora da instituição. Ele informou também que Inês Bicudo e o juiz fazem parte da Comissão de Cidadania do Comej.

– O grande número de adoções internacionais pode ser atribuído a um entendimento entre a promotora e o juiz. Não dá para separar a atuação dos dois – comentou o deputado.

Renato Simões disse que na maior parte dos casos, para des-

tituir o pátrio-poder, a promotora alegava a ocorrência de maus-tratos contra as crianças. Segundo o deputado, o procedimento para sua verificação era sumário e sem comprovação por meio de inquérito policial. “Em outros casos não houve nenhuma acusação e as crianças nunca mais foram vistas pelas famílias”, denunciou.

A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo concluiu que houve irregularidades nos processos de destituição do pátrio-poder, além de cerceamento do direito de defesa das famílias das crianças adotadas. A comissão propôs a instituição, pelo Poder Judiciário, de mecanismos de controle mais rígido das adoções.

Tem início hoje apuração sobre herança dilapidada

A CPI do Judiciário começa a investigar hoje o caso do menor Luiz Gustavo Nominatto, cuja herança deixada por seu pai, o empresário Washington Nominatto, proprietário do Consórcio Itapemirim, teria sido dilapidada enquanto era administrada pela Justiça do Distrito Federal.

A Comissão Parlamentar de Inquérito irá ouvir, a partir das 10 horas, a mãe do menor, Miramar da Silveira Rocha, e o advogado Luiz Amaral, que a defendeu no início do processo.

A herança deixada para o menor estava avaliada em R\$ 30 milhões na época da morte de Washington. A Justiça nomeou como inventariante do espólio Wellington Pereira, que detinha apenas 2% do Consórcio Itapemirim.

Wellington foi também a pessoa escolhida pelo Poder Judiciário para assumir a gerência do consórcio. Segundo declarações do advogado, após quatro anos sendo administrado por Wellington, o consórcio, que já foi o segundo maior do país, terminou sendo liquidado pelo Banco Central (BC).

Tebet: CPI é a última esperança para mães

O presidente da CPI do Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), disse ontem que o Judiciário precisa apresentar alguma solução para o caso das adoções internacionais de crianças de Jundiaí. Para o senador, a falta de informações sobre a apuração de possíveis irregularidades nas adoções tem levado o desespero às mães dos menores.

– A CPI do Judiciário se constituiu na última trincheira de esperança para essas pessoas –

afirmou Tebet.

Segundo o deputado estadual Renato Simões (PT-SP), que depôs ontem, o trabalho da CPI contribuiu para que as investigações no Tribunal de Justiça de São Paulo fossem agilizadas. “Temos informações de que o tribunal já prepara suas conclusões para poder dar satisfações à sociedade sobre o caso”, comentou o deputado.

De acordo com o relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), os depoimentos dados à comissão parlamentar, indicando relações entre

a Promotoria da Infância e Adolescência e o juiz Luiz Beethoven Giffoni, levam à conclusão de que há um esquema engendrado para destituir o pátrio-poder dos responsáveis pelas crianças.

– Tirava-se o pátrio-poder através de um sistema já engendrado, e para isso era usado o esquema da promotora Inês Bicudo para que o processo de adoção fosse rápido – comentou.

O relator acredita que as adoções irregulares são estimuladas pelas relações entre o Centro de Orientação ao Menor de Jundiaí (Comej) e órgãos internacionais. Ele defendeu que a CPI se dedique às ligações entre o Comej, a promotora e o juiz. “Temos que in-

vestigar à exaustão essas relações e a CPI tem instrumentos para verificar se existiu combinação para que as adoções fossem realizadas”, frisou Paulo Souto.

SIGILO BANCÁRIO

A CPI aprovou requerimento do vice-presidente da CPI, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), propondo a quebra do sigilo bancário do Comej.

O senador justificou a medida devido às suspeitas de recebimento de verbas de organismos internacionais dedicados a apoiar as adoções. De acordo com o depoimento do deputado Renato Simões, o Comej recebeu pelos menos R\$ 135 mil de uma instituição italiana.



Para Ramez Tebet, a Justiça deve uma explicação às famílias das crianças adotadas

Heloísa aponta propaganda enganosa de álcool e tabaco

Relatora de projetos sobre o tema, senadora condena associação de cigarros e bebidas a falsas imagens de beleza, esporte e sucesso

“Qualquer pessoa de bom senso que analise as peças publicitárias de cigarro e bebida alcoólica, principalmente as que são veiculadas na televisão, vai ter a oportunidade de constatar que se trata de propaganda enganosa.” A afirmação foi feita ontem pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), durante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que ouviu representantes de diversas entidades sobre os problemas causados pelo fumo e pelas bebidas alcoólicas e a influência da propaganda desses produtos sobre os hábitos da população.

A audiência foi solicitada por Heloísa Helena, relatora dos projetos dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Marina Silva (PT-AC) e Emília Fernandes (PDT-RS) que modificam a atual legislação que regula a propaganda de

cigarro e bebida alcoólica, restringindo-a ou proibindo-a, a exemplo do que já acontece nos EUA e em vários países europeus. Os três projetos foram pensados na CAS, por tratarem do mesmo assunto.

Para a relatora, a discussão do problema deve partir do entendimento de que “a desculpa do livre arbítrio” não pode ser empregada como argumento para justificar a veiculação da propaganda daqueles produtos.

– As pessoas precisam conhecer pelo menos os dois lados da questão, para não se deixarem influenciar pela falsa associação do cigarro e da bebida com moças e rapazes belíssimos, praticantes de esportes radicais, ou com a própria imagem de sucesso – sugeriu.

O presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Cerveja, Marcos Mes-

quita, tem opinião diferente.

Para Mesquita, o mecanismo de auto-regulamentação previsto na lei Murad, que trata da propaganda desses e de outros produtos que os projetos em pauta pretendem aperfeiçoar, já é suficiente. Ele insistiu que o objetivo da publicidade, no caso das bebidas, não é induzir ao aumento do consumo do produto, mas “diferenciar uma marca da outra”.

– Repudiamos qualquer relação do produto cerveja com o termo droga – acrescentou o representante das indústrias cervejeiras.

Segundo ele, 120 mil pessoas trabalham nas 54 indústrias de cerveja existentes no país. Elas geram um faturamento anual de R\$ 8 bilhões, dos quais, conforme garantiu, R\$6 bilhões seriam recolhidos por meio de impostos.

Senadores defendem ressarcimento dos gastos

O ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS) dos gastos com as vítimas de doenças causadas pelo fumo e por bebidas alcoólicas, pela indústria do setor, foi defendido pelos senadores na audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Autora de um dos três projetos sobre o assunto em exame na CAS, a senadora Marina Silva (PT-AC) observou que, ao propor a proibição da propaganda de cigarro e bebidas não estava interessada em estimular “nenhuma caça às bruxas”. “O que não dá para entender”, disse ela, “é que, apesar dos gastos expressivos do SUS com o tratamento das sequelas da bebida em milhares de usuários, a lei permita que os meios de comunicação veiculem propaganda desses produtos.”

Wagner Gonçalves, representante da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, qualificou o projeto da senadora de inconstitucional, por proibir – em vez de restringir – a propaganda de cigarro e bebida. No entanto, ele defendeu uma mudança na legislação para impedir que as novelas de televisão façam propaganda indireta desses produtos, quando mostram os atores fumando e bebendo. Gonçalves disse que está sendo feito um levantamento de quanto o SUS gasta no tratamento das doenças produzidas pelo tabaco para que seja impetrada uma ação de ressarcimento contra as indústrias do setor dos valores gastos pelo poder público.

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) defendeu o aumento da tributação para os produtos derivados do tabaco e as bebidas alcoólicas. Os recursos seriam destinados ao SUS, que assim se equiparia melhor para tratar das vítimas desses produtos. Ele informou que a senadora Lu-



No debate, concluiu-se que as indústrias devem pagar pelos danos que causam à saúde

zia Toledo (PSDB-ES) também apresentou projeto com esse objetivo e criticou a falta de racionalidade da atual legislação. “A propaganda enganosa induz as pessoas a consumirem substâncias que vão sobrecarregar os gastos públicos com saúde”, alertou Estevão.

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) reforçou a necessidade de uma lei que proteja os interesses da sociedade e sugeriu que também sejam ressarcidos os gastos públicos com as vítimas de agrotóxicos.

O senador Tião Viana (PT-AC) cobrou do Ministério da Saúde uma agenda para discutir agravos à saúde causados pelo uso do fumo e do álcool. Ele contestou argumentos de que os recursos e empregos gerados por aquelas indústrias deveriam ser considerados no momento de se mudar a legislação. “O dinheiro que se gasta para atender aos pacientes vítimas do cigarro e da bebida acaba superando o que se paga aos empregados daquelas indústrias”, disse.

A senadora Emília Fernandes apresentou dados oficiais segundo os quais cerca de 15% da população trabalhadora no Brasil são vítimas das consequências do álcool. Pesquisas revelaram que são essas pessoas que sofrem três vezes mais aciden-

tes de trabalho, além de recorrerem também três vezes mais às licenças médicas.

Para cuidar daqueles que sofrem problemas de saúde provocados pelo cigarro e pela bebida, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) sugeriu que seja cobrada uma contribuição das indústrias. Ele disse que o país ainda não está preparado culturalmente para a simples proibição da propaganda do cigarro e das bebidas alcoólicas.

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu “a contrapropaganda” como instrumento para combater o que os demais senadores qualificaram de propaganda enganosa. “Temos de combater esses malefícios através da educação e da informação”, propôs ele.

O presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), registrou ao final da audiência pública que os representantes da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e o representante do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), embora convidados, não compareceram e não justificaram a ausência. Mas ele considerou a reunião “altamente proveitosa” e ressaltou a necessidade de debater também a questão dos agrotóxicos.



Os senadores decidiram que o TCU e a CBTU acompanharão as obras do metrô

Comissão aprova recursos para metrô de Belo Horizonte

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem a liberação de R\$ 22,420 milhões para a construção do metrô de Belo Horizonte, no trecho Calafate-Barreiro.

Os parlamentares decidiram aprovar o relatório favorável à liberação dos recursos, de autoria do deputado Márcio Reinaldo Moreira (PPB-MG), após decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de determinar que a execução da obra seja acompanhada pela CBTU e pela Secretaria de Controle Externo do tribunal no estado, para evitar irregularidades na renegociação de preços e na construção do trecho do metrô.

Pelo projeto de decreto legislativo que trata da matéria, o TCU deverá acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos liberados e informar a Comissão de Orçamento sobre qualquer irregularidade na obra.

BR-174

Os parlamentares também examinaram relatório do deputado José Lourenço (PFL-BA) que autoriza a liberação normal dos créditos orçamentários, no valor de R\$ 18,150 milhões, para a construção da BR-174, na divisa entre Amazonas e Roraima, mas decidiram adiar a votação do parecer.

Na discussão da matéria, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou voto em separado concordando

do com a liberação dos recursos mas exigindo a continuidade das investigações sobre supostas irregularidades na execução da obra, que ainda estão sendo feitas pelo TCU.

De acordo com Jucá, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e o TCU apontaram irregularidades com relação a licitações e pagamentos de despesas anteriores ao convênio para a construção da rodovia, além de má qualidade da obra. Por esse motivo, os recursos, que já estavam previstos no orçamento de 1999, foram bloqueados.

O deputado José Lourenço fez um apelo para a aprovação de seu relatório. Já o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG) alertou os parlamentares para a situação da obra e fez um apelo para que “não se enxovalhe novamente a Comissão de Orçamento”.

O deputado Almir Sá (PPB-RR) defendeu o relatório de José Lourenço, pedindo a liberação dos recursos, mas o presidente da Comissão de Orçamento, deputado Lael Varella (PFL-MG), decidiu retirar a matéria de pauta, depois que Romero Jucá disse que Almir Sá é interessado nos recursos porque é dono, junto com um irmão, de uma das construtoras responsáveis pela obra.

As matérias aprovadas pela Comissão de Orçamento serão submetidas agora à deliberação do Congresso.

Congresso deverá votar LDO até o final de junho

O relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano 2000, senador Luiz Estevão (PMDB-DF), disse ontem à Agência Senado que seu relatório deverá estar concluído até 7 de junho, para que a matéria seja aprovada pelo Congresso até o dia 30 de junho.

A LDO do ano 2000 é a primeira do atual governo e estará vinculada ao Plano Plurianual (PPA), programado para o período de 2000 a 2003, além de estabelecer as metas e prioridades para recursos e investimentos do orçamento do próximo ano.

– Esta será uma LDO muito importante, justamente por ser a primeira deste governo e por estar vinculada a um novo Plano Plurianual. A LDO terá, portanto, um duplo papel, de estabe-

lecer diretrizes para o orçamento do ano 2000 e estar vinculada ao novo PPA – afirmou Estevão.

Para Luiz Estevão, a aprovação da LDO vai tornar mais transparente a gestão dos recursos públicos. O projeto em tramitação no Congresso recebeu 1.438 emendas, que já estão sendo examinadas pelo relator.

Na proposta do Executivo, informou o senador Luiz Estevão, está previsto que a execução da lei orçamentária do ano 2000 deverá ter como um de seus objetivos a obtenção de um superávit primário (receita menos despesa, excluindo juros) mínimo de 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo 2,6% dos orçamentos fiscal e da seguridade social e 0,1% das empresas estatais federais.

CCJ rejeita emendas a projeto que fixa critérios para demissão

Ao regulamentar a reforma administrativa, proposta estabelece parâmetros para dispensa de funcionários por excesso de despesas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG) rejeitando todas as emendas de plenário oferecidas ao projeto de lei que define critérios para a demissão de servidores públicos por excesso de despesa. A decisão foi tomada após longa discussão acerca do mérito das emendas e do próprio projeto, já analisado pela CCJ em abril.

Pelo projeto, que regulamenta a reforma administrativa e é de autoria do governo federal, a dispensa de servidores deve ser impessoal, com base nos critérios de menor tempo de serviço público, maior remuneração e menor idade, podendo, para efeito de desempate, ser considerado o menor número de dependentes. Já aprovada pela Câmara, a matéria segue para exame do plenário.

— A demissão de servidor público estável é, certamente, a última etapa de um processo de redução de gastos com pessoal — afirmou Francelino, que, para contextualizar a apreciação da proposta em pauta, fez um levantamento sobre os quatro projetos que regulam a reforma administrativa em tramitação no Congresso Nacional.

Para o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o projeto é ruim e o Senado deveria esperar a aprovação, pela Câmara, da proposta que define as carreiras típicas de estado, às quais o projeto apreciado na reunião da CCJ se refere. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), na mesma linha do senador petista, acredita que o projeto em pauta deveria ser o último item a ser votado, entre os que regulamentam a reforma administrativa.

Na avaliação do senador José Fogaça (PMDB-RS), não há qualquer conflito na ordem em que as leis sobre o funcionalismo público sejam votadas. “As normas são harmônicas e uma não prevalece sobre a outra”, argumentou.

Esse também é o entendimento do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), por entender que o projeto dará aos estados e municípios os mecanismos necessários para se adequarem à lei de responsabilidade fiscal. Porém, o se-

Francelino é autor do parecer, aprovado pela CCJ, rejeitando todas as emendas de plenário



nador pelo Paraná defendeu a inclusão, entre os critérios para dispensa, da avaliação de desempenho.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que a votação imediata do projeto

é fundamental para que os estados e municípios possam se adequar às limitações de gastos com pessoal dentro do prazo definido pela nova versão da Lei Camata, ou seja, até o final do ano 2000.

Constitucionalidade das regras causa polêmica

O senador José Eduardo Dutra defendeu emenda oferecida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) que inclui entre os critérios a previsão de que servidores concursados somente deveriam ser demitidos depois daqueles que ganharam a estabilidade a partir da Constituição de 1988. “É um critério a mais, baseado no mérito”, analisou Jefferson. Ainda assim, a emenda do senador pelo Amazonas só obteve mais um voto favorável, do senador Roberto Freire (PPS-PE), por acreditar ser essa a única regra verdadeiramente impessoal.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) questionou a constitucionalidade de se adotar uma distinção entre estáveis e “estabilizados”. Nesse sentido, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) disse acreditar que essa questão está superada, já que o constituinte deu condições de igualdade entre os dois grupos de servidores.

A análise de Jader, na visão de Dutra, também pode ser estendida para os demais critérios, pois a Constituição não estabelece diferenciação en-

tre servidores jovens e velhos. A partir desse ponto, Freire revelou-se preocupado em a CCJ estar dando seu aval a uma lei inconstitucional. “Não se pode demitir porque é mulher ou homem, casado ou solteiro, velho ou jovem”, avaliou.

Dessa vez em concordância, Jader e Dutra ponderaram que a emenda constitucional da reforma administrativa deveria prever, apenas, a possibilidade de demissão por insuficiência de desempenho do servidor. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também vê inconstitucionalidade no texto do projeto. “Esse será mais um absurdo jurídico cometido por esta comissão contra os servidores públicos”, disse.

O líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE), comunicou que o governo deve mandar em breve projeto de lei que enquadra os servidores estaduais terceirizados nos critérios da nova Lei Camata. Segundo Jefferson, o substitutivo da senadora Marina Silva (PT-AC) ao projeto analisado ontem, caso aprovado, já poderia ter sanado essa lacuna.

Novo sistema de inteligência será fiscalizado pelo Congresso

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), reunida ontem sob a presidência do senador José Agripino (PFL-RN), aprovou parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável ao projeto de lei do Executivo que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Foi aprovada uma emenda ao projeto, apresentada pelo senador Romeu Tuma, e rejeitadas duas, do senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Uma terceira emenda de Dutra teve a votação adiada para a próxima reunião da comissão.

O projeto institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, que integra as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência no país, “com finalidade de fornecer subsídios ao presidente da República nos assuntos de interesse nacional”.

O projeto define órgãos e entidades que formarão o Sistema Brasileiro de Inteligência e suas responsabilidades. A Abin é o órgão central do sistema e responsável pelo assessoramento direto do presidente da República.

A emenda de Tuma, aprovada pela CCJ, objetiva deixar explícito o papel do

Congresso Nacional na fiscalização do sistema, a composição do órgão do Poder Legislativo incumbido da fiscalização, e a determinação da participação dos líderes da maioria e da minoria e dos presidentes das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas do Congresso no órgão.

Uma das emendas rejeitadas, do senador José Eduardo Dutra, indicava como responsável pela fiscalização externa do Sistema Brasileiro de Inteligência as comissões do Poder Legislativo, na forma dos regimentos internos da Câmara e do Senado. A segunda tratava da guarda, conservação e acesso dos documentos públicos sigilosos da Abin.

Uma terceira emenda de Dutra cancelaria a criação de 111 cargos em comissão, o que geraria uma despesa mensal de cerca de R\$ 189 mil, segundo o senador. Por haver uma divergência quanto ao número de cargos que seriam criados, a votação foi adiada. Tuma destacou que os 111 cargos são os remanescentes dos 365 que restaram do SNI, lembrou que hoje há 12 agências regionais e 20 representações de inteligência no Brasil, e prometeu levar uma nota de esclarecimento na próxima reunião da comissão.

Situação dos precatórios pode ser decidida na terça

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Agripino (PFL-RN), marcou para a próxima terça-feira, após a Ordem do Dia, reunião extraordinária para analisar a constitucionalidade do voto em separado proposto pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), esta semana, pedindo que seja decretada a nulidade dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios por estados e municípios após 13 de dezembro de 1995.

O voto de Requião foi apresentado ao projeto de resolução que trata do refinanciamento dos títulos emitidos

para pagamento de precatórios, modificando a Resolução n.º 78/98, que dispõe sobre as condições para aprovação de operações de crédito envolvendo a União, estados e municípios.

A decisão de consulta à CCJ foi tomada pelos membros da CAE, rejeitando a decisão do Senado sobre o assunto pudesse levar a uma disputa jurídica entre a Casa e o sistema financeiro, afetado pela anulação da dívida, como credor dos empréstimos feitos aos estados e municípios. Depois de analisada pela CCJ, a matéria deve voltar à CAE, para votação do parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG) sobre o projeto de resolução.



José Agripino convocou a CCJ para decidir sobre voto de Roberto Requião



Os senadores da Comissão de Justiça debateram as emendas antes de tomar a decisão de rejeitá-las, conforme o parecer do relator

Imputabilidade penal aos 16 anos terá audiência pública

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) irá debater, em audiência pública, a proposta de emenda constitucional de autoria do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que reduz para 16 anos a idade para imputabilidade penal.

De acordo com requerimento do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), aprovado na reunião ontem da CCJ, serão ouvidos sobre o assunto o ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Francisco Assis Toledo e os professores Miguel Reale Júnior e Licínio Leal Barbosa.

Em sua justificativa, Tebet, que é relator do projeto, explica que “os diferentes posicionamentos e argumentos trazidos por profissionais dedicados ao estudo da questão certamente poderão subsidiar a instrução da matéria”.

Acordo com França beneficia Roraima

Mozarildo Cavalcanti diz que acordo de cooperação a ser firmado pelos presidentes Fernando Henrique e Jacques Chirac promoverá crescimento econômico e social do Extremo Norte

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) registrou como da maior importância o acordo de cooperação que os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac, da França, celebram no próximo mês, certo de que o fato servirá para promover o crescimento econômico e social do Extremo Norte do Brasil. Ele informou que a iniciativa, além de propiciar o desenvolvimento dos estados da região Norte, beneficiará também os quatro países vizinhos (Venezuela, Suriname, Guiana Francesa e República da Guiana).

O senador informou que as diplo-

macias brasileira e francesa estão fazendo entendimentos em áreas que incluem meio ambiente e ecoturismo; controle do emprego de mercúrio nos garimpos; intercâmbio de médicos e enfermeiros; ensino da língua portuguesa na Guiana Francesa; e cooperação técnico-científica. Segundo ele, com esse acordo, os dois governos pretendem unir-se para administrar proveitosamente as dificuldades da região Norte, onde os mais de 140 mil habitantes da Guiana Francesa devem se tornar parceiros do Brasil.

Mozarildo disse, também, que esse acordo diplomático permitirá

a eliminação de conflitos entre as legislações do Brasil e da França, de modo a compatibilizar a estrutura jurídica da Guiana Francesa, do Brasil e dos demais países da América Latina. "Iniciativas como essa indicam o aporte de recursos e acenam com a garantia de continuidade e aceleração do desenvolvimento do Extremo Norte do país", celebrou.

O senador também registrou a visita a Roraima da presidente da Guiana (antiga Guiana Inglesa), Janet Jagan. "Para nós, de Roraima, é uma visita de muita importância para o estreitamento das relações entre os nossos países", disse ele.



Mozarildo: aceleração do desenvolvimento do Extremo Norte do país

Alcântara acha que é hora de retomar o crescimento

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) fez ontem uma análise sobre como conciliar o crescimento econômico com a estabilidade da moeda. Ele disse que, no Brasil, todos querem o desenvolvimento, mas desde que isso se realize com a inflação sob controle. Para ele, isso não é impossível. "Espero que o presidente da República aproveite essa chance única na história, a de ser ao mesmo tempo o presidente que equilibra e o que gasta com prudência e responsabilidade, porque o Brasil precisa disso para crescer, para desenvolver-se, para criar empregos."

Conforme o parlamentar, esse é um debate que está se travando não apenas nos partidos, mas na própria sociedade. Ele lembrou que o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado por medidas de natureza econômico-financeira, até porque o país vinha numa sequência de crises que apresentou pouquíssimos hiatos de normalidade. Mas agora, constatou ele, até pela natureza do país, há um anseio muito grande pela retomada do desenvolvimento.

Lúcio Alcântara afirmou que quem tiver a fórmula que permita conciliar uma política de desenvolvimento com medidas que conduzam à estabilidade da moeda tem a obrigação de colocá-la em prática. "Realmente, não podemos querer o crescimento às custas de inflação alta", disse ele, lembrando que o problema é antigo, tanto que ainda no governo de Arthur Bernardes, na década de 20, o assunto já era preocupação do governo.



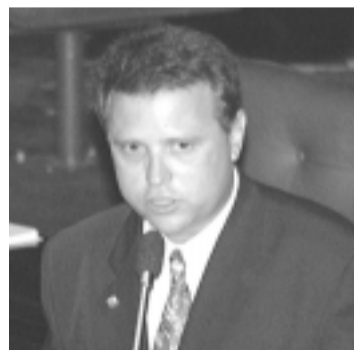
Para Alcântara, há um anseio muito grande pela retomada do desenvolvimento

Maggi anuncia movimento pela agricultura em MT

O senador Blairo Maggi (sem partido-MT) anunciou a realização de um movimento, em Mato Grosso, nos dias 28 e 29 deste mês, com o objetivo de chamar a atenção das autoridades para o enorme potencial agrícola do estado, que, afirmou, não está sendo desenvolvido plenamente por falta de meios adequados de escoamento da produção.

Segundo Maggi, maior produtor individual de soja do mundo, se Mato Grosso usar toda a sua área agricultável, será capaz de produzir os 80 milhões de toneladas de grãos que, nos dias de hoje, são produzidos pelo Brasil inteiro. "Para despertar o governo para esse potencial, vamos promover uma aventura em caminhão, saindo de Cuiabá (MT), pela BR-163, até Itaituba (PA)."

O senador informou que cerca de "800 km de buracos e poeira preci-



Maggi: Mato Grosso pode produzir 80 milhões de grãos com os estímulos corretos

sam ser asfaltados para possibilitar o barateamento dos custos de produção de Mato Grosso e demais estados das regiões Centro-Oeste e Norte". Devem comparecer ao ato público, segundo Maggi, senadores da região, o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, e os governadores de Mato Grosso, Dante de Oliveira, e do Pará, Almir Gabriel.

Eduardo registra décimo aniversário de Palmas

O décimo aniversário do lançamento da pedra fundamental de Palmas, capital do estado de Tocantins, foi registrado ontem pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). Primeiro prefeito eleito da cidade, o senador lembrou que Palmas foi inaugurada em 20 de maio de 1989, sendo a última capital instalada no Brasil neste milênio. "Dez anos após esse evento, a capital do estado do Tocantins é uma cidade consolidada, ultrapassando a casa dos 120 mil habitantes, com um crescimento da ordem de 28% ao ano, maior do que o índice de crescimento urbano de Brasília, no seu início", informou o senador.

Eduardo Siqueira Campos explicou que, mesmo com um crescimento vertiginoso, Palmas não se transformou numa cidade inchada, cercada de favelas ou periferias miseráveis. "Existe pobreza em Palmas, mas não ao nível subumano que caracterizou o crescimento das cidades brasileiras", afirmou o senador. Para ele, isso se deve aos investimentos governamentais em obras de infra-estrutura urbana e social, e à campanha "Tocantins, o Estado da Livre Iniciativa e da Justiça Social", feita para atrair investidores.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) lembrou quando, junto com o pai de Eduardo Siqueira Campos, lutou na Câmara dos Deputados para a transformação do território de Rorai-



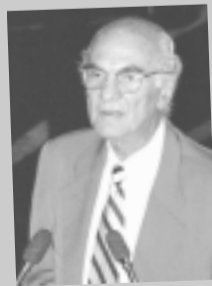
Eduardo Siqueira Campos reivindica repasses federais previstos na Constituição

ma em estado. "Tocantins é um exemplo para quem defende a continuação do desmembramento do país", afirmou Mozarildo. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) destacou o amor que ele e Eduardo Siqueira Campos têm pelos seus estados e defendeu a redivisão de alguns como forma de interiorizar o desenvolvimento. "É preciso descentralizar o país", sugeriu Tebet.

Eduardo Siqueira Campos reivindicou o cumprimento da determinação contida no parágrafo 6º do artigo 13 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição, que obriga a União a repassar para o Tocantins, durante dez anos, os mesmos recursos previstos na lei que criou o estado de Mato Grosso do Sul. "Desses recursos, que para o Tocantins representariam cerca de R\$ 1 bilhão durante o período, um centavo sequer foi repassado."

Saturnino destaca atuação da Defensoria Pública

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) ressaltou ontem a importância da Defensoria Pública para garantir o acesso à Justiça das populações carentes que não podem pagar honorários de advogados. "O governo deveria prestigiar essa instituição, abrindo concursos e oferecendo bons salários para atrair profissionais de nível para atuar nesse órgão público." Para Saturnino, o dia 19 de maio (Dia de Santo Ivo, protetor dos advogados) é uma boa ocasião para lem-



Saturnino Braga: autonomia garante independência

brar dos defensores públicos, servidores abnegados a serviço dos menos favorecidos. "Quero chamar a atenção dos deputados que, nesse momento, elaboram o projeto de reforma do Judiciário para a necessidade de implantar a Defensoria Pública em todos os estados, assegurando sua autonomia financeira, único meio de garantir sua independência dos governos federal e estaduais", concluiu.

Marina pede explicações sobre publicação no DO

Líder da oposição estranha contratos reproduzidos no *Diário Oficial* sobre suposto pagamento, pela Sudam, de R\$ 1,3 milhão a Pelé e Elba Ramalho. O primeiro, para fazer uma palestra. A outra, para a festa de aniversário de FHC

A líder do Bloco Oposição, senadora Marina Silva (PT-AC), considerou "uma verdadeira afronta ao dinheiro público" a publicação no *Diário Oficial (DO)* de ontem de dois contratos que teriam sido feitos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O primeiro, para o ex-ministro dos Esportes Pelé "proferir palestra sobre o futebol no mundo" por R\$ 500 mil. O segundo, de R\$ 800 mil, para *show* da cantora Elba Ramalho, "comemorativo do aniversário do presidente da República".

— Estamos diante de um fato de alta gravidade, ainda que não seja verdade o que está publicado, pois o *Diário Oficial* deixa de ser uma peça confiá-

vel, já que nele se pode publicar algo dessa natureza, de responsabilidade da Casa Civil. Não sei o que está acontecendo, mas o Congresso precisa de uma explicação, tanto no caso de veracidade do fato, quanto no de constatação de burla de um mecanismo de divulgação oficial das ações do governo — afirmou.

Durante a comunicação feita, anteriormente, pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), de que assumira a liderança do governo na Casa, Marina Silva disse que não queria "quebrar a harmonia" daquele momento, mas era difícil não deixar de protestar contra os dois contratos e sua publicação no veículo oficial do governo.

Jader denuncia intenção de atingi-lo

O líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA), fez questão de divulgar a nota oficial da Sudam, em que seu superintendente, José Arthur Guedes Tourinho, nega a existência de contratos de um *suposto show* da cantora Elba Ramalho ou de uma conferência do ex-ministro Edson Arantes do Nascimento, o Pelé. No texto, Tourinho repudia a tentativa de atingir a imagem do órgão.

Por ter sido o responsável pela indicação do nome de Tourinho, Jader se disse pessoalmente atingido. Ele narrou que, há três anos, foi objeto de campanha para atingir sua imagem como líder do PMDB, por ter apoiado a constituição de uma CPI dos Bancos. "Há três anos! Tentou-se nesse episódio, mas, com a experiência que tenho de vida pública — são 33 anos —, não passei recibo", afirmou. Para ele, "não foi gratuito esse trote no *Diário Oficial* da União".

— Considero da maior gravidade de que se brinque com o *Diário Oficial* da União, no qual os atos da administração pública são divulgados, para que entrem em vi-



Responsável pela indicação do superintendente da Sudam, Jader associou o "trote" à sua atuação na CPI do Sistema Financeiro

gor e para que a sociedade conheça as ações da administração pública.

Ele também afirmou ser essencial que o presidente da República mande imediatamente apurar esses fatos. "Evidentemente, se a Sudam tivesse feito esses contratos, o superintendente teria de ser demitido sumariamente. Não sendo verdade, há necessidade de uma apuração rigorosíssima em relação à questão do *Diário Oficial*."

Em seu pronunciamento, Jader

disse ainda que "seria ridículo" imaginar que Fernando Henrique Cardoso sabia do teor do contrato. "Nenhum governo, porém, está livre de ser surpreendido por um acontecimento como esse. É grave a possibilidade de se brincar com o governo, com um instrumento da administração pública do país. Pode haver interesse em comprometer o governo. Portanto, o episódio merece apuração rigorosa."

Bezerra diz que incidente foi causado por falha durante programa de treinamento

O novo líder do governo no Senado Federal, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), esclareceu que a publicação dos supostos contratos no *Diário Oficial* foi um equívoco, causado, segundo ele, por "falha surgida durante programa de treinamento de envio eletrônico de material para ser publicado".

Conforme o senador Fernando Bezerra, a funcionária da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) apontada como responsável pela falha já foi identificada e afastada do serviço.

— Por má fé ou uso indevido do sistema, os contratos fictícios foram publicados. Antes da completa apuração do incidente, o go-

verno não quer divulgar o nome da funcionária — informou Fernando Bezerra.

APURAÇÃO PLENA

O presidente do Senado, senador Antonio Carlos Magalhães, fez questão de assegurar que o presidente Fernando Henrique Cardoso jamais permitiria que se firmasse um contrato milionário para festejar seu aniversário.

— Frequentei sua casa, em São Paulo, e sou testemunha da modéstia em que vive. Mas insisto na apuração plena do episódio, uma vez que o *Diário Oficial* não poderia ter publicado os contratos em questão sem anuência de alguém em posto de chefia no governo — ponderou

Antonio Carlos Magalhães.

Atribuindo o fato a uma "brincadeira de mau gosto", o líder do PMDB, senador Jader Barbalho, disse que "seria ridículo" imaginar que o presidente Fernando Henrique Cardoso poderia saber do teor de contratos desse gênero.

Vários parlamentares se manifestaram, em apartes, sobre o assunto. Fizeram intervenções a respeito do tema os senadores Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), Luiz Otávio (PPB-PA), Romero Jucá (PSDB-RR), José Eduardo Dutra (PT-SE), Roberto Freire (PPS-PE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Pedro Simon (PMDB-RS), Luiz Estevão (PMDB-DF) e Carlos Bezerra (PMDB-MT).

Todos eles enfatizaram a urgente necessidade de apuração completa do incidente, para que seja possível punir os responsáveis.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — Senado em Pauta
7h — Saúde Todo Dia — Remo.
7h30 — Especial UNIP — Pulmão — 1ª parte
7h55 — Senado em Pauta
8h — Saúde Todo Dia — Biodança
8h30 — Jornal do Senado
8h55 — Senado em Pauta
9h — Cores do Brasil — Maranhão Turismo
9h30 — Entrevista — O senador Blairo Maggi fala sobre a agricultura e os fundos constitucionais destinados a área
9h55 — Senado em Pauta
10h — Sessão Plenária (vivo)
Logo após — CPI do Sistema Financeiro
16h — CPI do Judiciário
21h10 — Jornal do Senado
21h30 — Debate — O senador Tião Viana e o embaixador cubano Ramon Sanches-Parodi falam sobre os programas governamentais destinados ao atendimento à saúde da família

21h55 — Senado em Pauta
22h — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — "A Voz do Brasil"
Em seguida — Música e informação
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"
Em seguida — Música e informação.
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida — Música e informação
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"
Em seguida — Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:
• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Fernando Bezerra

Ameaça de desmonte do Ibama preocupa Pontes

A ameaça de desmonte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tem deixado apreensivas milhares de pessoas em todo o Nordeste. A afirmação foi feita ontem pelo senador Luiz Pontes (PSDB-CE) ao protestar contra a possibilidade de extinção das superintendências estaduais do órgão. "Se existem falhas na atual estrutura organizacional do Ibama, então devemos corrigi-las e não promover a extinção das superintendências estaduais, gerando enormes prejuízos ao meio ambiente", sugeriu Pontes.

O senador explicou que a superintendência do Ibama no Ceará mantém cinco escritórios regionais e administra a floresta do Araripe, uma das maiores do Nordeste, com 32 mil hectares de área. Além disso, continuou Pontes, a superintendência cearense gerencia o Parque Nacional de Ubajara, controla a Área de Preservação Ambiental de Jericoacoara e é responsável pela Estação Ecológica da cidade de Aiua e pela Estação Experimental Florestal do município de Sobral.

Luiz Pontes disse ter recebido correspondência do ex-prefeito de Aracati, Abelardo Costa Lima, dando conta de sua preocupação com o fechamento do escritório regional localizado naquela cidade. Segundo o senador, os moradores daquela cidade e de outros 25 municípios estão temendo dificuldades no processo de fisca-



Luiz Pontes teme sérios prejuízos ao meio ambiente com a extinção das delegacias do Ibama

lização e autorização para pescadores, controle da captura da lagosta e controle do desmatamento de áreas para fornecimento de madeira destinada a queima em padarias e cerâmicas.

– O Ibama não pode ser desmontado. Precisamos preservar essa instituição que preserva vidas. É preocupante saber que, com essa ameaça de desmonte, as ações do Ibama serão distribuídas entre os ministérios da Agricultura e de Recursos Hídricos e as superintendências estaduais de meio ambiente, órgãos sobrecarregados com muitas atribuições, deixando margens para prejuízos ao meio ambiente e à população residente em áreas de preservação ambiental – concluiu Pontes.

Projeto incentiva doações à população carente

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) é o relator, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que oferece incentivo fiscal às pessoas jurídicas que façam doações de utensílios e matérias-primas para o preparo de alimentos a entidades filantrópicas que forneçam gratuitamente alimentos a pessoas carentes.

O projeto estabelece que será possível deduzir doações até o limite de 1% do Imposto de Renda devido em cada exercício. O valor das doações recebidas deve ser contabilizado como receita.

Na justificativa do projeto, Alcântara afirma que "a eventual perda de receita com as doações

incentivadas será sobejamente compensada com os resultados a serem colhidos na atenuação da gravidade do quadro social, cabendo assinalar que, fosse a tarefa restrita aos órgãos oficiais, sem dúvida alguma o dispêndio seria bem maior e a efetividade da ação bem menor". O autor afirma ainda que, com a aprovação do projeto, as pessoas que vivem em estado de subnutrição, miséria e fome poderão ser mais bem assistidas.

Depois de ser votado pela CAE, o projeto será encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão terminativa – o que dispensa sua apreciação pelo plenário.

Ademir: dinheiro para gastos sociais volta ao BID como juros

Senador garante que empréstimos destinados a combater pobreza não compensam efeitos da recessão causada pelo acordo com o FMI

Sustentando que é papel do Senado fiscalizar as ações do Executivo, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) alertou ontem o plenário para a tramitação de mensagem do governo que pede autorização para contratar crédito externo de US\$ 2,2 bilhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). "Poderemos, se houver a decisão da maioria deste Senado, aprová-la, condicionando, porém, que os recursos sejam utilizados exclusivamente para financiar programas sociais destinados ao combate da pobreza", conclamou o parlamentar.

Conforme Ademir, o acordo negociado com o FMI, que teria imposto ao Brasil a paralisação do crescimento e uma profunda recessão, garante empréstimos na ordem de US\$ 41 bilhões, numa composição de diferentes fontes, entre as quais o Banco



Ademir diz que cortes e recessão exigem investimentos para evitar agravamento da pobreza no país

Mundial e o BID. Ele explicou que a participação dessas duas instituições tinha por objetivo propiciar medidas compensatórias. Como condicionante para esses empréstimos, esses bancos teriam exigido a manutenção e até um aumento de gastos do go-

verno com a área social.

O senador observou, contudo, que 61% dos programas voltados à população de baixa renda, no Brasil, sofreram cortes este ano em relação aos gastos de 1998. Ao todo, os cortes ultrapassaram R\$ 2 bilhões, disse ele. Essa redução, somada aos efeitos da recessão imposta para este ano e para os próximos, conforme o parlamentar, demandaria investimentos sociais que impedissem o agravamento da pobreza no país.

Ademir Andrade disse ser "uma grande mentira" a afirmação de que os empréstimos vêm compensar os cortes promovidos e os efeitos da recessão provocada pelo acordo com o FMI. Ele sustentou que, "na realidade, esse dinheiro está predestinado a voltar para o mesmo lugar de onde vem, na forma de pagamento de juros da dívida".

Marina alerta para risco dos alimentos transgênicos

O debate sobre produtos transgênicos entre o ministro da Ciência e Tecnologia, Bresser Pereira, e o secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul, José Hoffmann, apresentado pela emissora de televisão BBC de Londres, foi abordado ontem pela senadora Marina Silva (PT-AC). Segundo ela, no debate, Bresser chegou a dizer que esses assunto já estava resolvido no Brasil. "Curiosamente, no dia seguinte, de fato o Ministério da Agricultura concedeu autorização à multinacional Monsanto para produzir e comercializar cinco variedades de soja transgênica no país", disse a senadora.

O Ministério da Agricultura anunciou também, segundo Marina Silva, que a divulgação das sementes transgênicas, agora liberadas, será feita através do Registro Nacional de Cultivares, de acordo com lei aprovada recentemente. "Agora, começa a ficar mais claro a serviço de quem o Congresso aprovou aquela lei de

cultivares, contra a qual tanto alertamos", observou.

A senadora informou, ainda, que a Associação Médica Britânica, que reúne 115 mil médicos, entregou na terça-feira ao governo do Reino Unido um documento pedindo que o plantio de alimentos geneticamente modificados seja imediatamente interrompido até que novas pesquisas assegurem que eles não são prejudiciais à saúde humana. O documento, continuou a senadora, ainda alerta para o risco de surgimento de novas alergias e da alteração da resistência de agentes infecciosos a antibióticos.

RISCOS

Marina lembrou que os riscos apontados pelos médicos britânicos estão assustando os consumidores europeus e fazendo com que os supermercados deixem de vender produtos transgênicos. "Mas, enquanto isso, em nosso país, o governo libera o plantio da soja da Monsanto nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo,



Marina: Brasil deveria investir no nicho representado por consumidores que rejeitam os transgênicos

Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás, quando técnicos do próprio ministério reconheceram recentemente não ter condições para fiscalizar esses plantios", lamentou.

Para Marina, o Brasil deveria aproveitar o fato de ser o segundo maior produtor de soja orgânica e conquistar o nicho de mercado representado por consumidores europeus e japoneses que estão rejeitando produtos transgênicos, ao invés de "abrir nossas terras para a expansão da empresa norte-americana Monsanto".